



# Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

|               |                              |
|---------------|------------------------------|
| Governo ..... | Deputado ALGACI TÚLIO        |
| PDT .....     | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB .....    | Deputado CAÍTO QUINTANA      |
| PFL .....     | Deputado ÉLIO RUSCH          |
| PT .....      | Deputado ÂNGELO VANHONI      |
| PP .....      | Deputado SÉRGIO SPADA        |
| PPR .....     | Deputado CÉSAR SELEME        |
| PSC .....     | Deputado JOSELITO CANTO      |
| PTB .....     | Deputado NELSON JUSTUS       |
| PSDB .....    | Deputado CESAR SILVESTRI     |

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffilo Genari - Irondil Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 08:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Josellito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 1995**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Nelson Garcia.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmís da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, Nereu Moura, Orlando Pessuti e Renato Adur (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 1472**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais ou na sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Jornalista Senhor José Pedro Santos, ocorrido em 30.05.95.

Requer ainda, que dê ciência à família, através de correspondência encaminhada à rua Jorge Goedicke, 59 - Bairro Santo

Inácio, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.06.95.

(a) RICARDO CHAB

**Projeto de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 200/95**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o PROGRAMA DE LOTES URBANIZADOS, a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) através de convênio com as Prefeituras Municipais.

§ 1º - O Programa fará a venda de lotes com área de aproximadamente 250m<sup>2</sup> e com água e luz.

§ 2º - Os lotes só poderão ser adquiridos por pessoas que comprovadamente não possuam outro imóvel urbano na vigência da presente lei.

§ 3º - Os lotes se destinarão à construção de unidades habitacionais nas condições previstas nesta lei, por conta dos adquirentes, obedecidos os padrões de plantas fornecidas pela COHAPAR e aprovadas pelas Prefeituras Municipais.

Art. 2º - O lote adquirido será pago em parcelas equivalentes a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente, durante 60 (sessenta) meses consecutivos.

§ 1º - O adquirente que iniciar imediatamente a construção do imóvel poderá optar pelo início do pagamento das parcelas 180 (cento e oitenta) dias após a aquisição.

§ 2º - O adquirente, caso comprove ser locatário, poderá optar pelo início do pagamento das parcelas 180 (cento e oitenta) dias após a aquisição.

Art. 3º - Da área destinada ao Programa 5% (cinco por cento) do seu total destinar-se-á obrigatoriamente às atividades relacionadas com pequenas indústrias caseiras.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de sua publicação, fixando todas as demais condições relativas às vendas dos lotes urbanizados, principalmente quanto à forma de seleção dos compradores e aos aspectos jurídicos pertinentes.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

**JUSTIFICATIVA:**

Quando prefeito de minha cidade, Cornélio Procópio, institui programa semelhante ao proposto neste projeto de lei. A oferta de lotes urbanizados, contando com a infra-estrutura básica, permitiu dar enfrentamento ao déficit habitacional da cidade.

A instituição de programa objetivando garantir a quem não tem sua casa, pelo menos, o lote é uma forma de diminuir o déficit habitacional do Paraná, estimado em 400 mil casas.

Confiamos poder contar com o apoio dos nobres Deputados, face o elevado alcance social da medida proposta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou subindo mais uma vez à tribuna, à tribuna do povo do Paraná, para, em solidariedade ao agricultor, principalmente a região da CONCAN, aonde hoje, no Município de Ubatã, da região de Campina da Lagoa, Mamborê, Corbélia, Mariluz, Nova Cantu, Goioerê, um protesto hoje e amanhã, aonde os agricultores fecharam a BR-369 em protesto à política agrícola do governo.

Senhores Deputados, a situação é uma das piores já vistas na história deste Estado e deste Brasil. Exemplo do nosso interior, aonde temos o comércio e a indústria praticamente em 80%, hoje, já na inadimplência. E por que isso? Por que a nossa agricultura vai mal? A nossa agricultura sem incentivos.

Vemos hoje, uma nota onde Pécio Arida - Presidente do Banco Central, pede demissão. Não deveria nem ter entrado no Governo! Só sabe ficar lá nos Estados Unidos, andar com o melhor avião, andar nos melhores hotéis e não sabe da dificuldade que tem o nosso agricultor, hoje. Nasceu em berço de ouro. Não sabe o que é trabalho, o dia-a-dia, não sabe o que é dificuldade do nosso agricultor, que, realmente, vê os problemas deste país.

E nós, hoje, jamais poderíamos deixar de subir nesta tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, já estivemos hoje em contato com o Município de Ubatã - para junto com aqueles agricultores, darmos as mãos, para ver se alguma coisa é feita. Porque já vemos ao longo dos anos, que se diz que ajuda à agricultura, e nada é feito.

Senhores Deputados, está aqui, Jocelito Canto, que esteve lá no Município de Ubatã na segunda-feira, na terça-feira e onde hoje levamos, também, nossa solida-

riedade, também os pêsames do acidente que houve com amigos companheiros e que o Jocelito esteve lá, representando esta Assembleia Legislativa do Paraná. E hoje, pela manhã, tivemos o apoio, principalmente do nosso Presidente da Assembleia, Anibal Khury.

Em todos os cantos que ando nos municípios do interior, não esqueço de levar o nome do nosso Presidente da Assembleia, Senhor Presidente. Porque a Assembleia é bem representada, porque a Assembleia tem um grande Presidente e antes de vir a esta Assembleia, já tinha a maior consideração e o respeito pelo nosso Presidente. E a Assembleia, sem sombra de dúvida, está atenta juntamente com o nosso Governador Jaime Lerner - pelos problemas da nossa agricultura, a situação é grave!

Só para dizer, amigo Edno Guimarães, no nosso Município de Campo Mourão, mais de 450 pessoas reunidas e 250 empresas e indústrias pedindo concordata. Realmente está aí o caos. Está aí a falência, está aí a inadimplência que vemos hoje, de um programa de governo.

Tomara que as coisas dêem certo. Tomara que aquele que vai entrar no lugar do Pécio Arida, e que precisamos também de outro lugar, do Pedro Malan. Para que este país ande, para que não caminhemos numa dissolvência, no caos total, principalmente hoje, da nossa agricultura. A agricultura vai mal, está aí, está mal o comerciante! A agricultura está mal, está mal a nossa indústria.

Jocelito Canto, Edno Guimarães, Toti Colaço, que esteve outro dia lá no interior e é do interior, sabe o que está acontecendo. É difícil, e precisamos gritar aqui porque é o lugar do povo, do agricultor do interior do Estado, e tenho certeza que na Assembleia, Deputado por Deputado, vêm defendendo as causas da agricultura.

Vemos um país hoje, um município sem arrecadação. Vemos hoje a arrecadação do Estado que caiu e vemos a agricultura quebrada. Acho que a agricultura é em primeiro lugar hoje na economia deste país, porque se agricultura vai bem, é o comércio que vai bem, aonde teremos mais ICMS, mais geração de empregos e distribuição de renda, aonde teremos maiores recursos para infraestrutura da saúde, da educação, enfim, para todo o segmento da administração tanto municipal como administração do Estado do Paraná e também do Brasil.

Eram estas as colocações que tínhamos a fazer, em sinal, hoje, de protesto da CONCAN, lá no Município de Ubatã, aonde representamos e também o Jocelito Canto e toda esta Assembleia Legislativa e principalmente o nosso líder do Governo, o Alga-ci Túlio.

Portanto, a Assembléia Legislativa atuante, brigando pelos interesses da agricultura, Deputado por Deputado, e sempre tenho frisado que a Assembléia Legislativa hoje, os Deputados que estão aqui estão defendendo os interesses da nossa agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Irineu Colombo com a palavra.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhores Deputados, Senhor Presidente.

Estamos participando dos eventos que envolvem a desapropriação, a construção, a troca, a retirada dos agricultores da região atingida pela barragem do Salto Caxias.

Entre os vários acordos assinados entre a COPEL e a Comissão dos atingidos, tem algumas coisas estranhas acontecendo e à guisa de prevenção estamos usando a tribuna hoje.

Já foi feito um edital para licitação de compra de terras para relocação desses atingidos do Salto Caxias, mas não se leva em conta a qualidade da terra, que é um dos questionamentos, dos acordos firmados, assinados com a COPEL, aonde não só o preço da área, mas como também a qualidade da terra tem que ser levado no processo de licitação. Se a compra da terra de um determinado vendedor e ali coloca-se, aloja então os atingidos pelas águas do Rio Iguaçu. E isto está sendo feito sem muita consulta, aliás, sem nenhuma consulta, sem nenhum acerto entre as partes da Comissão e também sem consultar os Deputados que estão acompanhando o processo.

Ausente está em Plenário o Deputado Nereu Moura, que se encontra, também um dos membros efetivos nessa intermediação dos acordos entre a Comissão dos atingidos e também a COPEL. Um outro detalhe extremamente preocupante é que a COPEL vem divulgando que aqueles que porventura venderem as terras para a COPEL para que ela possa ali colocar os atingidos, poderão ficar na terra até maio de 96. Quer dizer, compra hoje, até maio de 96 eles poderão permanecer na terra e a reivindicação é exatamente o contrário. Os atingidos que terão a soma de valores afetivos ligados à terra, a relocação, a mudança de hábito, a nova estrutura, a perda da comunidade rural, do entrelaçamento da vizinhança, vai perder, além disto, não tem a possibilidade de começar se instalando na nova propriedade.

Então, a exigência e o acordo firmado com a COPEL era que compre-se a terra, em dois ou três meses se tira o proprietário e começa-se lentamente a transferência dos atingidos para aquela localidade, para ele

começar a construir um novo ambiente com a perfeita sintonia. Isso inclusive é uma prevenção e uma das diretrizes estabelecida pelo RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, que abrange a questão social também.

Então, isto é extremamente preocupante. A COPEL não está levando em conta na relocação dos atingidos a qualidade da terra. É só o valor dela, aliás, o valor dela subiu estrondosamente, quando ficaram sabendo que a COPEL iria comprar, aí houve uma exploração por parte do setor imobiliário.

O segundo ponto preocupante é que dos acordos firmados, a terra seria brevemente colocada nas mãos dos atingidos, para eles começarem a fazer a transferência da sua propriedade. E isso não está acontecendo, porque eles estão garantindo sim a permanência do proprietário, recebe dinheiro do bolso, ele provavelmente vai investir em outro setor, comprar nova terra, mas permanece produzindo na propriedade antiga. Isso é um caso trágico, que aconteceu inclusive no processo de desapropriação da Itaipu, que não pode ser repetido.

Estamos de olho, estamos acompanhando o processo, esse pronunciamento é no sentido da prevenção a pedido da comissão dos atingidos daquela área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quero iniciar mandando um abraço para o nosso Presidente, já que ninguém lhe mandou um abraço, Presidente, e quero reforçar o abraço para os nossos companheiros da oposição e também um abraço afetuosos aos amigos da situação.

Queria, Senhores Deputados, Senhora Deputada, nesta manhã aqui de quinta-feira, depois de ter refletido durante pelo menos três dias, trazer aqui a esta tribuna um pedido de informações que estou encaminhando à Mesa desta Casa, porque ora Senhores Deputados, não é possível que consigamos ficar quietos e o bom senso que cada um dos Senhores tem, certamente na sua consciência, o que vou falar aqui vai bater bem fundo, porque ouvi o Deputado Nelson Tureck subir à tribuna hoje, Deputado, e bater duro nesse tal de Pécio Arida. Sabe lá Deus quem é esse Pécio Arida, mas sei muito bem o que está acontecendo no Paranã, o que devia não estar acontecendo.

Por isso quero dizer aos Senhores que tenho assistido na televisão, ouvido no rádio e visto nos jornais, seguramente uma

das campanhas mais caras já feitas por Governos e é aquela famosa história: por um pequeno ovo que a galinha botou, está se fazendo um alvoroço em todos os galinheiros do Paraná. Porque é inacreditável que o Governo possa ter gasto uma soma entre cento e noventa e duzentos mil reais para construir as casas da vila rural de Apucarana. Mas esse mesmo Governo, que deu o primeiro passo com o bom projeto que é o da Vila Rural, possa agora numa semana, durante três dias consecutivos, todos os jornais do Paraná, sem nenhuma exceção, publicaram anúncios de meia página falando da Vila Rural. Ora, meu Deus do céu, em todas as rádios do Paraná, uma campanha aliás ilegal na televisão, porque usa o "slogan" de campanha do Senhor Jaime Lerner, Novos Caminhos, mas que seguramente é campanha que está custando alto. Governo que devia estar fazendo campanha publicitária educativa do trânsito de Curitiba, que está matando 800 pessoas, por ano, nesta cidade. Estamos vendo o Governo gastar quatro vezes mais em propaganda do que custou a Vila Rural, em Apucarana. Ora, ou temos, aqui nesta Casa, condições de orientar bem este Governo, para que ele aplique bem, quero dizer que não é possível, Senhor Presidente, a gente assistir que um Governo possa, ao botar o primeiro ovo, fazer este escândalo, como se estivesse resolvendo o problema da questão agrária, no Paraná.

Não podemos repetir o que aconteceu aqui em Curitiba, como se fosse possível resolver o problema da posse da terra, no Paraná, com a Vila Rural! E diga-se de passagem é um projeto que exige investimentos para que o Governo consiga cumprir, minimamente o que ele está anunciando, investimentos de 400 milhões de dólares, nos próximos 4 anos. E nós vamos ter que buscar este dinheiro, ou junto ao Governo Federal, ou no exterior, porque do Tesouro do Estado vai ser muito difícil tirar 400 milhões de dólares.

Para concluir, é por isso que estou encaminhando este Pedido de Informações. Qual o cálculo do que o Governo está gastando? Já tenho os meus cálculos, mas quero que o Governo diga também o quanto gastou em deslocamentos, em viagens, em hospedagens, em diárias para Apucarana, seguramente gastaram muito mais do que a construção daquelas 64 casas lá na Vila Rural, em Nova Ucrânia, em Apucarana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz à tribuna hoje, é primeiramente registrar aqui um voto de pesar ao Município de Ubiratan, aonde, na última terça-feira, três pessoas morreram, num acidente automobilístico, próximo a Pitanga. Pessoas que viriam a Curitiba para falar com a gente. Tinha agendado uma audiência no DNER, onde trataríamos de liberação de um local para construção de uma obra que daria emprego para aquela região.

Infelizmente o destino acabou fazendo com que os três morressem num acidente, pessoas queridas, ligadas ao município e a cidade está de luto. Por isso justifico, Senhor Presidente, a minha ausência nas últimas duas sessões pois estávamos atendendo e ajudando a família na liberação dos corpos, no IML em Guarapuava.

Segundo assunto: Comentado pelo Deputado Nelson Tureck, que é o manifesto que os agricultores estão fazendo hoje, chamado Ubiratan Vivo, reagir para sobreviver. A situação da agricultura é cheia de calamidades. A cada instante os agricultores do Paraná são obrigados a vender seus produtos e até suas terras para saldar suas dívidas e a gente vê a cada instante, que os grandes devedores desse País continuam devendo e não pagam. Então acho que esse movimento é muito válido. O Deputado Nelson Tureck já falou a respeito. Quero aqui, com as palavras do Deputado Nelson, apoiar esse movimento e o município agradece a participação da polícia rodoviária, da polícia civil e militar que hoje lá dá apoio para que os agricultores possam, com muita simplicidade, com respeito, mas principalmente, que eles possam, no dia de hoje, manifestar hoje e amanhã, aquilo que sentem, as dificuldades, os problemas da agricultura.

Gostaria de fazer esse registro em nome dos agricultores, porque lá na região do Vale do Piquiri, é costumeiro se ver agricultor perdendo a sua terra, porque o banco está lhe tomando as terras, e enquanto isso, a gente vê os grandes magnatas deste País, devendo e não pagam as suas altas contas ao Banco do Brasil e é por isso que nos manifestamos, apesar de não sermos agricultores, favoráveis, e gostaríamos que o pessoal ligado à agricultura nesta Casa, o Bloco Agropecuário também se manifestasse e desse sua solidariedade ao movimento, porque se trata de um movimento organizado por pequenos agricultores lá na região de Ubiratan.

Estranhei que ontem, não estava aqui e passou pela Ordem do Dia, o projeto que dispõe sobre o acesso gratuito em todos os locais de exibição de programação cultural promovida ou co-patrocinada pelo Estado do Paraná.

Lastimo que esta Casa tenha barrado algo que era para beneficiar justamente as

peças com mais de 65 anos de idade, principalmente os idosos que, às vezes, não têm nem para onde ir e gostariam de participar de uma atividade cultural, uma atividade que está sendo organizada pelo Estado do Paraná.

Fiquei triste porque não estava aqui ontem e não pude defender o meu projeto. Estava ajudando a enterrar três pessoas que morreram de uma tragédia e achei triste que na minha ausência, esse projeto viesse aqui para ser votado e, infelizmente, não pudesse defendê-lo, a ponto de pelo menos, conseguirmos mudar algumas coisas do projeto, porque o projeto poderia ser mudado, poderia ser feita uma emenda, poderia ser feita alguma coisa que melhorasse o projeto, mas pelo que vi, só se levou em conta o Teatro Guaíra, como se o Teatro Guaíra fosse o grande destaque da cultura do Paraná e o resto não tem mais nada. Pensou-se só em Curitiba e se esqueceu do Paraná e dos aposentados, dos nossos pais, dos nossos avós, dos nossos tios e preferiu-se, como se faz, apenas um corte. Vamos cortar que está tudo bem.

Quero manifestar a minha tristeza por ter acontecido isso. Era um projeto que poderia ficar rico em algumas emendas e acho que a verdadeira função de nós, Parlamentares, não é só derrubar as idéias que aparecem, não é só derrubar aqueles projetos que vêm de interesse ao Paraná, mas sim construir, melhorar o projeto. Porque não melhorar, não discutir e aqui fica o meu repúdio para a Secretaria de Cultura do Paraná que prometeu que viria aqui para discutir esse assunto. Queriam conversar com a gente, que iríamos mudar. Concordei, desde que o projeto fosse discutido e não cortado como se corta ou se castra um animal. Não é por aí que se fazem as coisas.

Estou muito entristecido e gostaríamos que pelo menos se negociasse uma emenda. Já havia emendas propostas aqui, Deputados que queriam propor emenda, mas ontem, de repente, acaba o projeto e agora não dá para votar mais. Caiu o projeto e fiquei pensando o seguinte: será que a cultura do Paraná é só o Teatro Guaíra? Quem é que visita o Teatro Guaíra? Quem é que anda no Teatro Guaíra? Quem é que vai ao Teatro Guaíra? A Secretaria de Cultura jamais poderia ter feito isso: pensar apenas no Teatro Guaíra e se esquecer do resto do Paraná como se o Teatro Guaíra fosse só o Teatro Guaíra e não existisse mais cultura neste Paraná. E as pessoas com 65 anos colocadas de lado, colocadas no canto! Por que isso?

Então essa pergunta gostaria de deixar, hoje, aqui. Porque o que precisava era discutir o projeto, era melhorar o projeto. Não era cortar o projeto. Era

chamar o projeto para discussão. Mas ninguém nos defendeu. Estava longe daqui e ninguém me defendeu, ninguém pediu para segurar o projeto. Simplesmente tiraram o projeto e agora não tem mais projeto. E os velhinhos que gostariam de assistir a uma participação cultural patrocinada pelo Governo do Estado...

**O Sr. Angelo Vanhoni - Concede-me um aparte?**

**(Assentimento)**

Deputado, acho que Vossa Excelência tem razão quando questiona um pouco a política cultural do Governo do Estado do Paraná. Não é só a respeito deste Governo. Acho que este Governo até está iniciando seus trabalhos. Mas a cultura no Estado do Paraná foi centrada nos últimos 20 anos em relação ao Teatro Guaíra. Vossa Excelência está coberto de razão quando não há nenhuma política - do ponto de vista da cultura, para o conjunto do Estado do Paraná.

Todas as regiões do Estado estão abandonadas do ponto de vista cultural. Não há nenhuma ação do Estado para o resto do Paraná. No entanto no que se refere ao seu projeto, ontem quando foi colocado em segunda discussão, eu iria propor o adiamento do projeto. Na realidade, quero confessar a Vossa Excelência, que fiquei sabendo do projeto mesmo, dessa votação, ontem. Se tivesse tido a oportunidade de ver o projeto com antecedência, teria algumas emendas a propor para aperfeiçoar o seu projeto. No entanto da forma como ele estava, a minha visão é de que o projeto não iria beneficiar, na realidade, quem deveria ser beneficiado com a intenção que acho que tinha o seu projeto. daquelas pessoas que não têm o poder aquisitivo e que ao completarem 65 anos pudessem usufruir dos bens culturais promovidos pelo Estado ou co-patrocinados pelo Estado no nosso Paraná.

É lamentável porque o seu projeto já tinha sido adiado e não poderia ter sido adiado mais uma vez, pelo Regimento. Numa próxima oportunidade Vossa Excelência deve apresentar um projeto, acho que deve discutir, tem vários Deputados que têm propostas e emendas a um projeto desta natureza. E, tenho certeza, que daí - nesta Casa, seu projeto deverá ser aprovado. O problema é que foi do ponto de vista do Regimento.

Agora, a intenção do seu projeto de garantir o acesso à cultura e muito mais do que isso. Acho que Vossa Excelência traz um debate que é rico para esta Assembleia de discutir qual é a política cultural da Secretaria de Cultura para o Paraná, não para Curitiba. Que tem um Teatro Guaíra e tem uma prefeitura que investe na cultura em nossa cidade. Queremos saber

para o resto do Paraná.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado Deputado

Vanhoni, agradeço por ter pedido a retirada do projeto, mas, infelizmente, não deu. Mas agradeço por ter feito isso não em meu benefício mas em benefício das pessoas que precisam de cultura nesse Paraná. Gostaria de propor aqui. Porque acho que o fato de um Deputado apresentar um projeto, o Deputado Jocelito apresentou um projeto. Acho que esta Casa pode apresentar bons projetos, juntos, unidos os Deputados. Gostaria até de colocar já, um projeto parecido com esse, que acho que poderia ser discutido pelos demais Deputados e fazermos um projeto englobado com vários Deputados, se os companheiros achassem que o projeto tem finalidade concreta, é um projeto que visa com que o Governo do Estado conceda alguns benefícios e algumas isenções para as empresas que contratarem pessoas para trabalhar que tenham mais de quarenta anos de idade. É um projeto que podemos discutir nesta Casa porque tem muita gente nesta faixa etária de quarenta anos em diante que não consegue emprego em lugar nenhum porque tem idade avançada, tem quarenta anos. Ninguém dá emprego para uma senhora que tem quarenta anos. É muito difícil.

Então, queria propor a esta Casa que fizéssemos em conjunto porque não é aquele negócio de dizer que o Deputado Jocelito está fazendo. Acho que esta Casa pode fazer bons projetos em conjunto e um deles é este que deve ser discutido que o Governo do Estado dê algumas isenções, crie auxílios às empresas que contratarem pessoas com mais de quarenta anos para trabalhar. Temos muita gente nesta faixa etária que está desempregada e que é um bom trabalhador, um bom servidor, que é uma pessoa que gostaria de poder trabalhar mas não tem oportunidade. Chegam lá e dizem: "Não, você é muito velhinho, não dá mais, quarentão não dá mais nada." Aí vai colocar uma secretária, tem que colocar uma secretária bonita, não pode colocar uma secretária que tem mais de quarenta. Então, a idéia seria esta: quarenta anos tivesse uma isenção de alguma coisa assim.

Então, gostaria que os Srs. Deputados analisassem este projeto e aqueles que acharem que realmente cabe este projeto entrassem em contato com a gente. Nos propomos, junto com os Srs. Deputados.

E finalizando, Sr. Presidente, vou aguardar agora os trâmites legais e depois a gente reapresenta este projeto para que possa ser melhorado, como disse o Deputado Angelo Vanhoni, e que outros Deputados possam ajudá-lo. Mas fica aqui a minha tristeza registrada de não poder ter de-

fendido o projeto aqui ontem porque infelizmente não pude estar aqui, estava a seiscentos quilômetros daqui ontem e não pude vir defendê-lo. Já havia falado dele, diria como na calada da noite subiram os preços dos produtos.

O SR. Emerson Nerone - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado, V. Exa. estará apresentando esse projeto nos próximos dias ou já se articulou na Casa? Gostaria de parabenizá-lo, mesmo porque este projeto é um projeto da Bancada o PTB de São Paulo, ele foi apresentado na íntegra, mas gostaria de parabenizá-lo por ter trazido para o Estado do Paraná este projeto, apenas lembrar que em São Paulo o PTB apresentou, teve inclusive o apoio da Bancada Petista na Assembleia Legislativa lá, com aprovação unânime.

Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de trazer este projeto nos moldes de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado.

Então, Sr. Presidente, é isto que gostaria de deixar claro hoje e fazer este comentário aqui e acreditamos que quando comecei a trabalhar em rádio o meu professor me disse o seguinte: "Menino - que eu era menino quando comecei - você precisa aprender que após um dia vem outro e a cada dia que passa você conhece melhor as pessoas, você começa a amadurecer e começa a conhecer quem são as pessoas, quem são seus amigos e quem não é seu amigo. É aí que você começa a compreender quem são aqueles que lhe querem ajudar e quem são aqueles que querem lhe enfiar a faca goela abaixo."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Só queria registrar aqui nesta Casa, na tribuna de honra a presença do Prefeito de Santo Antônio do Paraíso, Sr. João Maria Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PP com a palavra. (Declina).

PMDB com a palavra. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAITO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o Deputado Toti Colaço que não estava na Sessão ontem.

Queria, Sr. Presidente, no dia de hoje, demonstrar uma determinada preocupação já que ontem comentou-se nesta Casa, no



pronunciamiento do Deputado Elio Lino Rusch a respeito da greve dos petroleiros.

Não entrando no mérito da questão da greve dos petroleiros, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, das razões que levam a esta greve, inclusive, preocupa-me a forma de condução que está se dando a este episódio que tem custado desconforto e prejuízos à nossa Nação.

Se me permite o Deputado Trevisan, há pouco conversávamos, e ele nos dizia que a ciência de quando você cerca uma cidade e põe em cheque os habitantes daquela cidade o ideal é você deixar sempre um local para que as pessoas possam fugir, porque se ninguém puder fugir endurece o jogo lá dentro pela própria resistência que se tem de não ter um espaço de saída.

Vi diversas manifestações nessa greve, Sr. Presidente, manifestações em determinados momentos até de intransigência por parte do movimento grevista, mas acompanho também no jornal pela imprensa que hoje o petroleiro está buscando uma saída para a greve existente. Já houve manifestações da Justiça do Trabalho, já houve a ratificação da Justiça do Trabalho, já houve demissões de petroleiros, já no dia de hoje esgota-se o prazo de trinta dias para retorno dos petroleiros ao serviço sob pena de demissão em massa de grevistas. E não se sente por parte dos petroleiros o desejo de retorno às suas atividades com todos esses reveses sofridos no curso do processo. E se vê uma proposta do movimento grevista, que acho até certo ponto viável de ser apreciada. Qual é a proposta que vejo dos petroleiros nesse instante? Que os seus representantes e os representantes do Governo determinem um dia, uma data, quarta-feira, quinta-feira, dia 02, 03 o dia que for, que nesse dia o petroleiro retorne ao trabalho e nesse dia reinicie uma negociação. Ora Srs., ninguém perde com isso, o petroleiro retorna ao trabalho que é o que o Governo quer, o Governo inicia a negociação, que é o que o petroleiro quer.

Em suma, tanto um quanto o outro está dizendo a mesma coisa, o petroleiro diz que retorna ao trabalho se tiver uma negociação e o Governo diz que se o petroleiro voltar ele abre a negociação. Por que não marcar um dia e resolver isso de uma vez? Porque não é possível a intransigência das partes num movimento de greve. Já vi muitas greves públicas, prezados Deputados, aonde a intransigência levou para fatos que tempos depois acabaram se arrependendo por não terem sido mais maleáveis na discussão, não no ceder, mas na discussão.

Acho que seria importante neste momento da vida nacional, aonde prejuízos estão acontecendo para com a comunidade, aonde o

País está perdendo divisas, aonde produções estão paralizadas, de que haja por parte também do núcleo de Governo a consciência de que não pode enterrar a classe grevista sem a possibilidade de que ela converse com a autoridade competente. Afinal de contas, a chefia da PETROBRAS, o Ministério de Minas e Energia, o próprio Governo Federal estão neste País legitimando para administrar as crises nacionais. O Governo senta com empresários, com produtores, o Governo tem que sentar também com seus trabalhadores para que numa condição negociada o País saia desse impasse que está vivendo.

Não é possível continuarmos com esse jogo de braço que certamente não vai levar a nada. Hoje a PETROBRAS deveria começar a despedir grevistas que não retornassem ao trabalho. O que faz a PETROBRAS, ou o que fará, nobre Deputado? Põe todos os petroleiros na rua, daí termina a greve mas não começa a produção porque não terá trabalhadores para fazer a produção. Ou então, não põe para a rua e daí se desmoraliza porque mais um prazo passou e a greve não acabou e o petroleiro não voltou ao trabalho.

Seria tão difícil, marcar, por exemplo o dia 3 de junho, que é depois de amanhã e combinar com o Movimento, todos voltam ao trabalho e simultaneamente se abre a negociação. Será que seria humilhante isso ao Governo? Será que não é exatamente desses atos que se constrói o entendimento entre as classes que produzem e geram as riquezas de nosso País? Até onde vamos levar assim?

Me pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: fazem mais ou menos dez a quinze dias que o Exército está mobilizado em frente às refinadoras, mas o Exército não tem capacidade de operar a refinadora, não tem capacidade de fazer gás natural, não tem capacidade de fazer petróleo, gasolina, óleo diesel, então até quando vai ficar o Exército lá?

Se demorar sessenta dias e o petroleiro não retornar vai o Exército ficar fazendo campanha na frente da PETROBRAS? Chega um momento de estagnação da própria opinião pública.

O Governo talvez não está sentindo que nesse instante a opinião pública lhe é totalmente favorável, mas dentro de cinco, dez, quinze dias, um incidente que possa eventualmente ocorrer, dentro de uma refinaria dessas, a própria opinião pública vai cobrar pela intransigência do Governo. Porque greves se movem perante a massa intelectual, perante o cidadão, do País, se move em atos de solidariedade que de um momento para outro pode ser revertido, de uma categoria para outra.

Então acho que o bom-senso levaria aos



dirigentes da PETROBRAS determinar o momento de retorno dos petroleiros e o início, simultâneo, da negociação, porque a coisa pode endurecer.

Temos visto, por demonstrações, por palavras de comando de greve, que não é pelo fato da PETROBRAS ameaçar demissão coletiva que o pessoal vai voltar ao trabalho, porque não voltou hoje, e o dia da demissão é hoje. E me pergunto, do lado de cá, digamos que a PETROBRAS resolva cumprir a prerrogativa que a legislação lhe dá, de demitir os grevistas, a situação fica mais difícil ainda, porque vai demorar 60 a 90 dias para treinar outros trabalhadores para poder operar as Refinarias. Então, a hora é do bom senso, para que se busque uma solução negociada a este impasse.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

**O Sr. Irineu Colombo** - Deputado Caíto, ouço o seu pronunciamento, com muita propriedade, diga-se de passagem, e vou começar este aparte dizendo uma frase do ex-Parlamentar, Nilton Friederich, ditando que: "No Brasil não há opinião pública, há opinião publicada".

E parece que na questão da greve dos petroleiros é mais ou menos este fato que está acontecendo. O próprio TST, quando deu o parecer pela igualdade, considerou abusiva a greve, reconheceu no texto, que a greve estava eticamente e moralmente bem postada e era legítima, do ponto de vista ético e moral. Por quê? Porque havia um acordo assinado por um Presidente da República do Brasil. Este acordo, apesar de ter sido reconhecido pelas instâncias, aquela mesma instância que absolveu o Lucena, foi reconhecido o aspecto ilegal, mas do ponto de vista moral e ético está bem postada. Isto está no documento do TST.

Então veja, nós temos um recrudescimento nas relações da greve, por parte do Governo, que nenhum órgão de imprensa, a nível de massa nacional, tem ressaltado.

Hoje pela manhã, é que o Governo disse que vai conversar, mas algumas demissões não serão revistas. Começou errado! Se coloca condições para começar a conversar, está errado o processo. Então, a radicalização dos petroleiros tem um amparo moral e ético, mas o Governo não tem lógica para radicalizar. Tem muita balela, dizendo que vai processar, vai cobrar. Isso não existe no meio sindical. A instituição sindical tem uma estrutura própria de defesa da categoria. Se a categoria decidir, está decidido em Assembléia.

Terá um embate judiciário a longo tempo e o problema está no terceiro pólo, que é o povo que está sofrendo. Então, daqui a

pouco, no momento, a opinião publicada é da que a culpa é dos petroleiros e os petroleiros estão errados, mas o Governo vai acabar pagando, como Vossa Excelência acabou reafirmando. O Governo vai pagar, porque em experiências anteriores de greves, participamos, quando chega o momento de não decisão, eles começam a perceber quais são os dois pólos que têm que achar solução? Se um dos pólos está intransigente, a culpa vai para aquele pólo e nesse momento está sendo o Governo. Coloca "n" condições para não solucionar o problema de demissão coletiva, o Governo está jogando conversa fora, se desgasta, perde a credibilidade e mostra que tem absoluta ineficiência para construir o processo.

Começou mal o Governo Fernando Henrique Cardoso, porque quando se trata de greve, vamos conversar.

Por último, ninguém falou, nem o próprio Governo, qual o salário dos petroleiros? Vamos fazer uma comparação entre um petroleiro de empresa particular que é a Ipiranga e um Engenheiro Químico, o mesmo Engenheiro Químico que trabalha na pesquisa, e ninguém levanta, porque a questão de produção de gás é moleza, do ponto de vista de abastecer o mercado. Agora, pesquisas de longo prazo que a PETROBRAS é o carro-chefe do mundo, ninguém fala!

Então, o Governo tem que mostrar dados também. A PETROBRAS tem que mostrar dados comparativos com petroleiros a nível internacional, com a empresa particular aqui no Brasil. É como estava dizendo, opinião publicada, e não pública.

**O SR. CAÍTO QUINTANA** - Não consigo entender o terrorismo que está sendo executado sobre a categoria em greve, porque esse negócio de você determinar a demissão de um funcionário por dia, ou a cada dois dias ou a cada três dias, isso parece jogo de seqüestrador que ameaça matar um refém a cada duas horas se não for atendido o seu pedido. Não é por aí, porque se o objetivo é a razão da demissão é a greve, todos os grevistas estão nas mesmas condições e terão que ser punidos.

Também não aceito as colocações que vejo na imprensa de que algumas demissões sejam revistas e outras não, porque se o motivo da demissão foi o mesmo, ou você acaba concordando na readmissão de todos, ou não há como, juridicamente, acabar privilegiando alguns em detrimento de outros, mas quero centrar, porque aí estamos entrando muito no mérito e não queria entrar nesse mérito. Esse mérito, vamos discutí-lo nas reuniões de categoria.

O que me preocupa, é o momento que estamos vivendo. A falta absoluta, Deputado Trevisan, daquilo que você me dizia, quando fecham todas as portas, é evidente que

a reação de quem está dentro desse cerco, é endurecer o jogo. Hoje, até por solidariedade, muitos e muitos petroleiros não têm como retornar, porque às vezes, o seu colega do lado de uma reunião de categoria já foi demitido para servir de exemplo para o outro.

Acho que o País tem que sentir o momento da gravidade que está vivendo. Se mantivesse a colocação inicial dos petroleiros de que só voltariam ao trabalho após um novo acordo assinado, diria que o Governo, em legítima defesa se postasse na sua colocação e dissesse "não", mas olha só, Deputado, a proposta se coloca ao governo, que se marque um dia para o retorno dos petroleiros e nesse mesmo dia, começa a negociação. Ora, se não aceitarem a proposta como essa, é intransigência.

Volto a repetir, para análise dos prezados companheiros aqui, embora lamentavelmente, não tenhamos condições de resolver esse impasse, que não está passando pela cabeça da PETROBRAS, Deputado Romaneli, que não adianta no dia de hoje - que terminou os 30 dias após a decisão da Justiça, não adianta a demissão em massa! Se o objetivo - é retornar a produção a demissão em massa vai levar mais tempo ainda para poder colocar outros trabalhadores no lugar dos demitidos. E os Países não agüenta mais ficar 60, 90 dias sem produção de petróleo!

O Sr. Eduardo Trevisan - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, vou procurar ser breve no meu aparte. Acompanho o discurso do Deputado Caíto e vejo que quando ele fala essa Assembléia se cala em respeito ao seu nome, à sua história. Acho que o Deputado coloca de maneira muito profunda a discussão a respeito da greve, e eu, particularmente, tenho uma posição a respeito dela deixando de lado o mérito, porque temos posições divergentes a respeito da PETROBRAS.

Mas com relação a essa greve acho que foram cometidos erros de ambos os lados. O mais grave deles, se o Deputado me permite, foi o erro dos petroleiros não terem retornado ao trabalho no momento em que a Justiça - bem ou mal, Justiça correta ou não, Justiça honesta ou não, determinou a greve abusiva e ilegal e coordenou então, assim, o retorno imediato ao trabalho. Este seria o momento em que os trabalhadores da PETROBRAS deveriam retornar ao trabalho, mostrar que são democratas, respeitam a lei, o estado de direito. E retornando ao trabalho acho que o problema estaria resolvido.

A discussão se o acordo firmado entre o ex-Presidente ou não é correto, se a

Justiça agiu bem... a Justiça ela sempre age bem e temos que assim entender. Ela está aí para ser respeitada. O papel dela é interpretar a lei, dirimir os conflitos sociais e estabelecer a paz social. Sem ela não podemos esperar nada. É o caos!

O erro maior foi os trabalhadores no momento em que a Justiça determinou a volta ao trabalho. Mas o problema continuou, não voltaram ao trabalho. Cabe, agora, às duas partes terem bom senso como o Deputado colocou. É necessário que existam canais de saída. Maquiavel disse que quando um soberano sitia uma cidade a deixa sem comida, sem alimentação e sem nada, é necessário que ele deixe um pequeno canal da saída para que as pessoas lá dentro não fiquem em desespero e acabem adquirindo forças sobre-humanas. Então é necessário que tanto trabalhadores como o Governo, a PETROBRAS, abram um caminho para que seja resolvido esse impasse que já tomou proporções, realmente, que no início não imaginávamos que ia tomar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Trevisan, veja bem, se tivéssemos que acusar - neste instante - Deputado Trevisan e Nelson Justus, quem neste instante, mas, friamente, quem neste instante está pondo em risco o cumprimento das instituições?

Por um lado concordo plenamente com Vossa Excelência - o petroleiro. Porque não é justo, não se discute se é justa ou não é justa a decisão da Justiça. Embora o petroleiro ele alega que não foi cumprido o acordo passado, razão pela qual ele não acredita no acordo futuro. Quero inicialmente dizer e não se perturbem os companheiros mais defensores da greve que eu chego lá e quero colocar aonde é que está o risco da instituição.

Digamos o petroleiro está descobrindo, está pondo em risco a instituição porque não cumpre uma lei definida pelo Judiciário. Mas o Governo, Deputado Trevisan, ele tem por obrigação, também, de ter instrumentos para poder fazer cumprir a decisão. No instante em que o Judiciário diz e o petroleiro volta ao trabalho. Se o petroleiro não voltar, ele está desrespeitando a decisão. Mas se o Poder Público não tiver instrumentos para fazer cumprir essa lei também está pondo em risco a instituição. Porque não pode dar uma sentença e não se cumprir esta sentença.

Por isso que neste jogo de braço ninguém ganha, por isso a minha colocação é que não se faça um sítio absoluto a esta cidade, conforme V. Exa. cita Maquiavel.

Temos que encontrar uma solução e esta solução engana-se o Governo e a PETROBRAS se acham que vai ser em cima da pressão. Já passou-se momentos importantes, demissões, julgamento na justiça e os

petroleiros não voltaram. Demissão em massa, vamos ser francos entre nós nesta Casa, não está assustando o petroleiro. Ele teria de, hoje de manhã ter voltado ao trabalho sob pena de ser demitido e não voltou. Então, como é que vamos ficar, Deputado Romanelli? Mais uma decisão da legislação não vai ser cumprida e vai ficar por isso mesmo e o Exército vai ficar lá na frente garantindo o quê? Não está havendo confronto, não está havendo confronto, não está havendo retenção de pessoas, pelo contrário, a ação da justiça, a única que aconteceu foi negativa de um "habeas corpus" para aqueles que estão dentro da PETROBRAS saíssem.

Então, é hora de se estabelecer um critério para que retorne ao trabalho o petroleiro e simultaneamente se comece a negociação.

**O Sr. Luiz Cláudio Romanelli:** Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento)

Deputado Caíto, V. Exa. com muita propriedade levanta esta questão que hoje tem na verdade estado presente nas discussões que se travam neste País. Em qualquer lugar que se vá há uma discussão sobre o petroleiro: um a favor outro contra. E creio que na verdade é o seguinte: este Governo Fernando Henrique, confesso que esperava uma atitude muito diferente. Não me surpreenderia, por exemplo, se o Collor de Mello, quando era Presidente, tivesse tido esta postura burra de não negociar com uma categoria tão importante para a vida nacional como é a dos petroleiros. Estamos assistindo até por forçado que as televisões estão fazendo, porque aí também subliminarmente já se trabalha na questão da quebra do monopólio da PETROBRAS, mas temos assistido no dia-a-dia na televisão o tamanho, o gigantismo, a extraordinária empresa que é essa PETROBRAS, as suas plataformas marítimas, as suas refinarias, o seu corpo de técnicos, enfim, na verdade a gente está aprendendo a conhecer a PETROBRAS. Isto talvez seja o grande ... dessa exposição, superexposição da PETROBRAS e dos petroleiros.

Agora, creio o seguinte: que este Governo, quando é para discutir com a Bancada Ruralista a negociação dos débitos - e claro todos vamos pagar a conta dos poderosos que fizeram os financiamentos do Banco do Brasil, - o Governo é muito bonzinho recebe os Deputados no Palácio, conversa com os ruralistas e fundamentalmente cedeu às pressões e negociou com os ruralistas. Ora, meu Deus do Céu, quanto é que é esta folha de salários da PETROBRAS? Seguramente não é maior do que cem milhões de reais por mês esta folha. Doze por cento dessa folha significa o quê? Dez ou do-

ze milhões de reais. Ora, meu Deus do Céu, veja o prejuízo que esta greve traz ao País por intransigência do Fernando Henrique Cardoso que quer se transformar na nova Margaret Thatcher. Ora, o Presidente é que tem que colocar os pés no chão, voltar a ser o velho Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, Presidente da República e com humildade aceitar os votos que recebeu nas urnas como uma delegação que ele teve do povo para fazer o bem e não para querer na verdade se transformar naquele PFL, porque não é o PSDB que está governando o País, é o PFL.

Por isso que esperamos que este País aqui tenha a dignidade de se solidarizar com os petroleiros e se for para faltar gás na nossa casa, porque na casa do Fernando Henrique nunca vai faltar gás, na nossa pode faltar, na dele com certeza não vai faltar.

Meus parabéns, Deputado, por abordar um tema tão importante na tribuna nesta manhã.

**O Sr. Edgard Bueno -** Permite um aparte, Deputado?

**O SR. CAITO QUINTANA -** Apenas para não ser indelicado com o Deputado, ele encerra por nós a participação.  
Concedo-lhe o aparte.

**O Sr. Edgard Bueno -** Meu caro Deputado Caíto Quintana, primeiro quero cumprimentar-lhe pelas colocações tão claras e tão objetivas que o Sr. tem procurado dirigir suas ações nesta Casa. Sei que todos temos muito a aprender com V. Exa.. Se houve muita demagogia, se houveram pessoas querendo distorcer fatos, e esse não é o melhor caminho, não é a responsabilidade que cada Parlamentar deve ter quando procura encontrar soluções.

Ora meus Srs., comparar a Bancada dos Ruralistas, comparar Fernando Collor de Mello com Fernando Henrique. Só quero reviver um fato aqui, o nosso Presidente tem que ter autoridade, ele precisa dirigir esse País com muita autoridade se não esses mesmos que hoje estão cobrando que ele afine, esses mesmos vão incriminá-lo. Portanto, temos que saber que existe justiça nesse País, e que a justiça precisa ser cumprida, e que está havendo um radicalismo, Deputado Caíto Quintana, por parte daqueles que dirigem os petroleiros. Estão levando esses petroleiros por uma canoa e levando-os a um precipício.

Esses dirigentes não têm bom-senso, são radicais, e tenho certeza absoluta que estão garrotando a maioria da classe, porque se não fosse assim a maioria já estava trabalhando. É vontade de cada pai de família garantir o seu emprego lá na

PETROBRAS, apesar das dificuldades que temos hoje no País inteiro, lá na PETROBRAS ainda temos salário digno, as pessoas que lá trabalham conseguem com dignidade sustentar a sua família. Mas portanto, Deputado Caíto, se vê muita demagogia, e precisamos saber que apesar do respeito que o Presidente Fernando Henrique tem tratado esse assunto jamais foi arrogante, ouviu, mas tem a responsabilidade de dirigir esse País, e dirigi-lo com mão firme, porque senão o problema afetará toda a Nação brasileira e não só a categoria dos petroleiros.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CAITO QUINTANA - Concorde com V. Exa., Deputado porque acho que o que mais queremos da Nação é que os nossos administradores tenham pulso.

Ninguém de nós gostaria de eleger, principalmente um Presidente da República, que não tivesse pulso e decisão. Já estive em área de Governo Deputado e sei que muitas e muitas vezes o "não", atitude de autoridade quando necessária, é muito mais difícil de ser executada de que a complacência e a concordância. Tenho certeza de que V. Exa. também há de entender que sem perder a autoridade do cargo é importante buscar uma solução. E essa solução me parece que nesse momento não traria prejuízo e nem tampouco perda de autoridade a nenhuma das partes se por exemplo se determinasse o dia 04, é o que tenho dito, é o centro do que estou citando nesta tribuna. No dia 04 o petroleiro retorna ao trabalho e simultaneamente inicia a negociação. Se é de direito que o petroleiro pede é outra história. O Governo não vai dar? Se é de direito ele consegue ter. Então, acho que precisamos indiscutivelmente achar uma saída, porque me parece que a saída que não interessa nem ao petroleiro, nem ao Governo, é uma demissão em massa dos grevistas porque isso sim vai gerar mais problema ainda na questão de produção de gás e combustível no nosso País.

Permito-lhe o aparte Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Caíto Quintana, V. Exa. aborda nesta manhã, um assunto que está diariamente, de minuto em minuto no coração, no pensamento, na lembrança, na vista de todos os brasileiros. Concorde com V. Exa. quando diz que é o momento de dar uma trégua e achar uma saída para evitar o caos total no nosso País.

Por outro lado, queria fazer uma colocação, apesar de o Deputado Trevisan já ter feito, Vossa Excelência é um bacharel, advogado de renome, no Estado do Paraná, é um constitucionalista, porque foi relator da Constituição do Estado do Paraná, e o

fato que realmente complicou a situação do Presidente da República, foi o fato do não cumprimento de uma decisão judicial.

No momento em que os petroleiros deixaram de cumprir aquela decisão judicial, a partir daquele momento está em jogo a soberania nacional, o Estado democrático de nosso País. E por este fato não vejo como o Presidente da República possa tomar outra decisão a não ser fazer cumprir a lei, primeiro. Nem que seja um minuto após, ou junto, mas sob pena de acontecer o que já foi dito neste Parlamento: se prolatada uma sentença, o cidadão está condenado à prisão, vamos dizer, a 5 anos de cadeia, no Tribunal do Júri comum, aí o sujeito diz: "Não quero ser preso, não vou". Descumprimento de uma decisão judicial, não quero discutir o mérito da questão.

Por outro lado, a questão é muito tensa, a preocupação é grande e dizer, quero saber o que está por trás da greve dos petroleiros? Isso não está claro para mim, até hoje. Não está claro, se é o medo da privatização, se é o salário ou se são os privilégios que não conhecemos.

Eu, como Parlamentar, não conheço os privilégios, dentro do corpo de funcionários da PETROBRAS. Ontem à noite, discutia sobre a greve, perguntavam-me sobre salários, dizendo o seguinte: "se o sujeito trabalha vinte e dois anos, nunca tirou férias, se aposenta com trinta anos de serviço?" Apenas esta informação que tenho.

O que está por trás disso, Deputado Caíto, não sabemos! Mas quero cumprimentar V. Exa. por colocar o momento, o dia e a hora para que se chegue a um final, pelo menos meio feliz nesse episódio que preocupa toda Nação brasileira.

O SR. CAITO QUINTANA - Deputado, tenho para mim, que os grandes privilégios dos funcionários da PETROBRAS, cantados e decantados, talvez não sejam tantos, porque nunca vi alguém que tenha privilégios em demasia, pôr em risco a perda desses privilégios pelo não retorno ao trabalho, após uma decisão judicial. Não devem ser tantos.

Mas, para finalizar, o meu medo, que, embora muitos com opiniões divergentes na questão da privatização ou não da PETROBRAS, venhamos, como brasileiros, a média da opinião pública, acabar decidindo a privatização ou não da PETROBRAS pela simples existência de um botijão de gás ou não para poder acender o fogão da nossa Casa ou não. É muito pouco, para nós, como brasileiros, sermos a favor da privatização ou contra ela, pela possibilidade de ter ou não eventualmente um botijão na nossa casa. Esta questão é de soberania

nacional, é de capacitação do Governo para ser responsável pelo seu subsolo, não é a situação gerada, que vai fazer que estudemos um assunto tão importante como este devido a ausência ou não do gás na nossa cozinha.

Muito obrigado.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre à mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente.

A Mesa comunica que já há projeto idêntico apresentado pelo Deputado Caíto Quintana e não vai receber o projeto.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que obriga a realização do teste HIV, para detecção do vírus da AIDS, nas doações de sangue, espermatozoides e órgãos humanos para transplante, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.**

- O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Pediria, já no item 1...

- O SR. PLAUTO MIRO - É matéria vencida, Senhor Presidente.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse já está liquidado.

- O SR. EMERSON NERONE - O som é que não funciona na hora e gostaria de solicitar que durante a votação da Ordem do Dia, os microfones ficassem abertos porque se quisermos interromper o processo de votação, como pedi e gostaria de pedir verificação de votação, já que o item 1º já passou, com a complacência de V.Exa., no item 1 mesmo que o autor do projeto esteja aqui ao lado.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria constante do Projeto de Lei nº 43/95 já foi aprovada.

Estamos na fase da votação do Projeto de Lei.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. **Aprovado.**

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Submeto à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito aprovam. Nenhum rejeita.

**Não há quórum para votação.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/95 de autoria do Deputado Beto Richa que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte pioneiro, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089 de autoria do Deputado Sâmis da Silva que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gema, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/95 de autoria do Deputado Basílio Zanusso que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paranaíba, com sede e foro no Município do mesmo nome. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 036/95, de autoria do Deputado Anibal Khury que acresce § 5º, ao artigo 5º, da Lei Complementar nº 37/87, de 27.10.87. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA EM REGIME DE URGÊNCIA. Retirado pelo autor. (Public. no D.A. nº 10, de 07.03.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, que acresce um parágrafo - o de número 5 - ao artigo 5º da Lei Complementar nº 37/87, de 27.10.1987.

Em consequência, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, após 20

(vinte) anos de serviço, passa a aplicar-se o mesmo regime previsto na Lei nº 6.794, de 10.11.1976, desde que os mesmos hajam optado pelo Regime Diferenciado de Trabalho (R.D.F.).

## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, é de ressaltar-se a constitucionalidade formal e material do Projeto de Lei nº 036/95, nada havendo, sob este ângulo, que impeça a sua regular tramitação e eventual aprovação.

Quanto ao seu mérito, o Projeto faz justiça aos profissionais da área de educação do Estado, integrantes do Quadro Próprio do Magistério que, ao optarem pelo Regime Diferenciado de Trabalho, já contavam com o tempo excedente de aposentadoria.

É um imperativo de isonomia, princípio constitucional agasalhado pela Carta Magna de 1988 (art.39, § 1º), garantir a esses profissionais o mesmo tratamento assegurado aos demais, quanto ao direito à aposentadoria, pois exercem atividades idênticas.

De resto, segundo o magistério de Hely Lopes Meirelles, "O que a Constituição assegura é a igualdade jurídica, ou seja, tratamento igual, aos especificamente iguais perante a lei" ("Direito Administrativo Brasileiro", 17ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1992, pág. 399).

Ou, ainda nas palavras do citado Mestre: "O que o princípio da isonomia impõe é tratamento igual aos realmente iguais" (...) "A situação de fato é que dirá da identidade ou não entre os cargos e funções nominalmente iguais" (idem, ibidem, pág. 400.).

Registre-se também o ensinamento de Celso Antonio Bandeira de Mello: "Isonomia é igualdade entre iguais, isto é, entre os que preenchem as mesmas condições ou se encontram em situações comparáveis" ("Elementos de Direito Administrativo", 3ª edição, Malheiros Editor, São Paulo 1992, pág. 34).

Ora, no caso concreto dessa parcela de integrantes do Quadro Próprio do Magistério, optantes pelo Regime Diferenciado de Trabalho, o Projeto de lei, da lavra do eminente Deputado Anibal Khury, corrige gritante injustiça, fazendo prevalecer tratamento igual aos específica e nominalmente iguais.

Por todas estas razões, somos de parecer que o Projeto de Lei nº 036/95, deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 36/95

## PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem como súmula: "Acresce o § 5º do art. 5º da Lei Complementar nº 37/87 de 27/10/87."

A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto constitucional e legal, posicionou-se favorável à aprovação da referida matéria.

Diante da análise do projeto em tela, esta comissão no que lhe cabe opinar, nada encontrou que obste a sua normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator.

## EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 036/95

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 5º, da Lei Complementar nº 37/87, de 27 de outubro de 1987, o § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º - ...

§ 5º - Aplicam-se aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, após 20 anos de Serviços, optantes pelo RDF, o mesmo regime previsto na Lei nº 6.794, de 10 de novembro de 1976"

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luis Carlos Martins, Neivo Beraldin, Angelo Vanhoni e Luiz Cláudio Romanelli.

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, visa acrescentar a palavra "optantes", em decorrência de que à época da opção, tais professores já contavam com 20 (vinte) anos de serviço.

## ITEM 07

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, fica consolidado, nos termos desta Lei o Decreto nº 4.007, de 14.09.94. Publicado no Diário Oficial nº 4.346 da mesma data. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. Retirado pelo autor. (Publ. no D.A. nº 56, de 24.05.95).

O SR. PRESIDENTE - Anibal Khury - Sobre a mesa, requerimento nº 1472, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1447, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo**



autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 066, 083, 089 e 098/95.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 242/95

conceder a ROSELI GOBBO ARAÚJO, matrícula nº 40.393, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, admitida em 16 de março de 1984, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, exercendo o cargo de Psicóloga NE-04, nos termos do artigo 247, caput, da Lei nº 6.174/70, licença especial de 6 (seis) meses a partir de 02 de maio corrente, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 16 de março de 1984 a 16 de março de 1994.

(Prot. nº 2715/95).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 257/95

mandar pagar, a ESTEFANIA MATIOSKI BUSKEI, viúva do ex-Deputado Julio Buskei, falecido em 19 de agosto de 1982, pensão mensal, de acordo com o art. 1º da Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963 e art. 1º da Resolução nº 045/90, de 26 de junho de 1990, a partir da data do Requerimento.

(Prot. nº 1113/95).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/95

conceder a MARIA HELENA DE SAPALA, matrícula nº 40.143, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", licença especial de três (03) meses, nos termos do art. 247 e seu parágrafo único da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio compreendido entre 01 de fevereiro de 1985 e 01 de fevereiro de 1990.

(Prot. nº 1380/95).

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO, em 18.04.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/95

conceder a ROSELI DA SILVA, matrícula nº 40.348, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", licença especial de três (03) meses, nos termos do art. 247 e seu parágrafo único da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio compreendido entre 01 de março de 1984 e 01 de março de 1989.

(Prot. nº 2216/95).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/95

conceder aposentadoria, a pedido a ADILSON VICENTINI, matrícula nº 110, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"- NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, incisos I e III da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente a Simbologia DAS-4; cinco (05) triênios, de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com a Lei nº 6.174/70 em seu artigo 170, parágrafo único calculados em conformidade com a Resolução nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o art. 171, e parágrafo 1º da Lei 6.174/70 e art. 37 inciso XIV da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.794/76 com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme Informação de fls. 17 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal.

(Prot. nº 2502/95).

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO, em 24.04.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 285/95

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 117/93, de 10 de março de 1993, para conceder aposentadoria, a pedido a MOYSES ABDALA MAGALHÃES, matrícula nº 316, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"- NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "b", da Constituição Estadual, combinado com o art. 159, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e proporcionais correspondentes ao seu cargo

efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente a Simbologia DAS-4; verba de representação conforme disposto no Decreto nº 4640/89; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com o art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70 e art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Proposições nºs 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos e inatividade conforme informação de fls. 17 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. nº 4556/92).

PALACIO XIX DE DEZEMBRO, em 08.05.95.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 286/95**

conceder a ITAMAR SIMER, matrícula nº 40.682, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", nos termos do art. 247, e parágrafo único da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o 1º quinquênio compreendido entre 1º de março de 1990 e 1º de março de 1995, licença especial de três (03) meses, a partir de 1º de junho de 1995.

(Prot. nº 2747/95).

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 287/95**

conceder aposentadoria, a pedido a LUIZ CARLOS CARON GROSSI, matrícula nº 464, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"- NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais de seu cargo efetivo; cinco (05) triênios, de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o art. 120, parágrafo único da Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a

Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o art. 171 e parágrafo 1º da Lei nº 6.174/70 e art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em tempo integral e dedicação exclusiva de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o disposto no Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 06, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 3371/95).

PALACIO XIX DE DEZEMBRO, em 08.05.95.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

NELSON GARCIA

2º Secretário

**Atos da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**R E S O L V E:**

**PORTARIA Nº 087/95**

conceder, a MARISTELA GOMES KLAMAS, funcionária deste Poder sob regime Jurídico Único, licença para tratamento, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 02.04.95 a 31.07.95.

(Prot. nº 5152)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 25.05.95.

**PORTARIA Nº 088/95**

mandar contar, para efeito de aposentadoria em favor de MARIA REGINA SUBTIL, matrícula nº 436, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A"- N-61, nos termos do § 2º do art. 202 da Constituição Federal e Decreto nº 5434/82, o tempo de doze (12) anos e nove (09) meses de serviços prestados à atividade privada conforme Certidão do INSS, e já descontado da mesma o tempo paralelo.

(Prot. nº 6515)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 30.05.95.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral